

RESOLUÇÃO Nº 0534/2014 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 0049/2013, em nome da empresa PB Construções e Comércio Ltda, conforme Processo nº 201300029010142.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando que o interessado apresentou defesa e, levando em conta as manifestações técnica e jurídica, as quais são adotadas na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando o disposto na Resolução nº 297, de 27 de dezembro de 2007, do Conselho de Gestão da AGR, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidade aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que a empresa PB Construções e Comércio Ltda, infringiu o art. 21, § 7º e 8º, inciso II, da Lei Estadual 13.569/1999, por não apresentar cópia de Seguro Contra Incêndio e de Seguro de Responsabilidade Civil do Centro de Convenções de Goiânia em nome do Estado de Goiás, foi autuada em 29/11/2013, nos termos do auto de infração nº 0049/2013.

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 13/03/2014;

R E S O L V E:

Art. 1º Anular o Auto de Infração de nº 0049/2013, em nome da empresa PB Construções Comércio Ltda, por constar erro formal na lavratura do auto de infração.

Art. 2º A decisão de que trata o art. 1º desta resolução será objeto de reexame e deliberação pelo Conselho Regulador, nos termos do § 8º, do art. 19, da Lei 13.569/1999, acrescido pela Lei 18.101, de 17 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 13 dias do mês de março de 2014.

Luiz José de Oliveira Júnior
Coordenador

IVM